



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2012

Cód. 09 – Procurador

1. No que diz respeito ao tema da “aplicação da lei penal”, assim dispõe o Código Penal Brasileiro:
 - A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e todos os efeitos jurídicos decorrentes da sentença condenatória.
 - B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após a sua vigência.

2. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:
 - A) contra a honra do Presidente da República.
 - B) contra o patrimônio ou a fé pública de fundação de direito privado.
 - C) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
 - D) de genocídio, onde quer que o agente seja domiciliado.

3. A respeito da imputabilidade penal, pode ser afirmado que:
 - A) a pena deve ser reduzida à metade, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
 - B) a pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - C) a emoção e a paixão podem excluir a imputabilidade penal.
 - D) é isento de pena o agente que, por embriaguez incompleta, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento.

4. Sobre o tema do “concurso de pessoas” no crime, pode ser afirmado que:
 - A) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
 - B) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
 - C) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de metade.
 - D) se algum dos concorrentes quis participar de crime mais grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada de um terço, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

5. Extingue-se a punibilidade, dentre outras hipóteses:
 - A) pela renúncia do direito de queixa nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal.
 - B) pelo perdão, ainda que não aceito, nos crimes de ação penal privada exclusiva.
 - C) pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.
 - D) pelo perdão judicial, nos crimes contra o patrimônio.

6. Configura crime de falsificação de documento público:
- A) falsificar, fabricando ou alterando, selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo.
 - B) falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
 - C) emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador.
 - D) falsificar, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
7. Configura crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- A) impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída.
 - B) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
 - C) praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou emitir-se na sua prática.
 - D) empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.
8. Configura modalidade de sanção aplicável em decorrência de infração à Lei de Abuso de Autoridade:
- A) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
 - B) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até cinco anos.
 - C) exoneração, a bem do serviço público.
 - D) detenção de seis meses a 1 (um) ano.
9. Configuram crimes hediondos, dentre outros:
- A) extorsão e estupro de vulnerável.
 - B) latrocínio e atentado violento ao pudor.
 - C) epidemia com resultado morte e genocídio.
 - D) homicídio privilegiado e tráfico de entorpecentes.
10. No que concerne ao "Inquérito Policial", assim dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro:
- A) Nos crimes de ação pública o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
 - B) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
 - C) O inquérito deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
 - D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
11. A respeito da ação penal, pode ser afirmado que:
- A) A representação será retratável, depois de oferecida a denúncia.
 - B) Nos crimes de ação pública, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.
 - C) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação penal privada.
 - D) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
12. Não impede a propositura da ação civil:
- A) a decisão que não julgar extinta a punibilidade.
 - B) a sentença absolutória que decidir que o fato imputado constitui crime, conquanto prescrito.
 - C) o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação.
 - D) a sentença absolutória que decidir que o fato imputado constitui crime, conquanto extinta a punibilidade.

13. Apresenta-se como requisito urbanístico para loteamento:
- A) as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, devem ser proporcionais à densidade da população prevista pela Lei Orgânica do Município.
 - B) os lotes devem ter área mínima de 100m² (cem metros quadrados) e frente mínima de 10 (dez) metros, salvo quando o loteamento se destinar a edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
 - C) as vias de loteamento devem articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
 - D) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 25 (vinte e cinco) metros de cada lado, como regra.
14. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens do Município, e notadamente:
- A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
 - B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
 - C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
 - D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
15. A respeito da desapropriação, pode ser afirmado que:
- A) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
 - B) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização, admitida, se necessária, a retrocessão.
 - C) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar acréscimo patrimonial do proprietário do solo.
 - D) É permitida a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, como regra.
16. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:
- A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
 - C) sustar, se não atendido, a execução do contrato administrativo impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.
 - D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, perda ou suspensão de cargo público.
17. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
- A) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
 - B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - C) na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
 - D) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

18. No que concerne aos bens públicos, pode ser afirmado que:
- A) os potenciais de energia hidráulica integram o domínio público dos estados-membros da federação.
 - B) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios integram o domínio público dos municípios.
 - C) a faixa de até duzentos quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização são reguladas por lei.
 - D) assegura-se aos municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
19. O Estado poderá intervir em seus Municípios quando:
- A) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por doze meses consecutivos, a dívida fundada.
 - B) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
 - C) houver necessidade de por termo a grave comprometimento da ordem pública.
 - D) for imprescindível para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes constituídos.
20. São condições de elegibilidade, na forma da lei, dentre outras:
- A) o pleno exercício dos direitos políticos e a idade mínima de trinta anos para Senador.
 - B) o alistamento eleitoral e a idade mínima de vinte e cinco anos para Governador de Estado.
 - C) a nacionalidade brasileira e o domicílio eleitoral na circunscrição.
 - D) a filiação partidária e a idade mínima de dezoito anos para Vereador e Prefeito.
21. No que diz respeito à política urbana definida no âmbito da Constituição Federal, pode ser afirmado que:
- A) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.
 - B) Os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião.
 - C) Aquele que possuir como sua área urbana de até trezentos metros quadrados, por três anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - D) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
22. Em sede de controle concentrado, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, de acordo com a Constituição Federal, dentre outros:
- A) o Procurador-Geral da República e o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - B) a Mesa do Senado Federal e o partido político com representação na Assembleia Legislativa.
 - C) a Mesa da Câmara dos Deputados e a entidade de classe de âmbito regional.
 - D) a Mesa da Assembleia Legislativa e o Governador de Estado.
23. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer ao seguinte preceito constitucional:
- A) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - B) a lei deve estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - C) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - D) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de carreira, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por ocupantes de cargo efetivo, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
24. No que concerne ao mandado de segurança, pode ser afirmado que:
- A) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - B) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 (quinze) dias, quando notificado judicialmente.
 - C) em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
 - D) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito devolutivo, independentemente de caução.

25. No âmbito da ação popular, para a conceituação dos casos de nulidade, deve ser tido como correto o seguinte comando normativo:
- A) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente existente ou juridicamente adequada ao resultado obtido.
 - B) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
 - C) a incompetência fica caracterizada quando o ato se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
 - D) o vício de forma consiste na observância completa ou regular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
26. Assinale a alternativa que contenha o significado correto em relação ao princípio aplicável a relações jurídicas de consumo:
- A) Princípio da inversão do ônus da prova – na seara cível ou administrativa, competirá ao fabricante ou fornecedor, diante da reclamação do consumidor, demonstrar a ausência de fraude, e que o consumidor não foi lesado na compra de um bem ou serviço.
 - B) Princípio da vulnerabilidade do consumidor – aquele que, ante a fraqueza do consumidor no mercado, requer que existam normas estabelecendo privilégios à pessoa do consumidor.
 - C) Princípio da vinculação contratual – aquele que proíbe conteúdo desleal de cláusula nos contratos sobre relações de consumo, impondo a nulidade do mesmo.
 - D) Princípio da prevenção – é aquele que reprime desvios prejudiciais ao consumidor, provocados por publicidade abusiva.
27. No campo dos direitos autorais, reputam-se obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:
- A) os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.
 - B) as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.
 - C) os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais.
 - D) os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
28. Apresenta-se como uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:
- A) internação em estabelecimento educacional.
 - B) acolhimento institucional.
 - C) liberdade assistida.
 - D) prestação de serviços à comunidade.
29. A respeito do tema da vigência e aplicabilidade das leis, pode se afirmar que:
- A) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta dias depois de oficialmente publicada.
 - B) nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
 - C) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - D) a Lei em vigor terá efeito postergado e específico, respeitadas o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
30. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de exercê-los:
- A) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
 - B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - D) os menores de dezesseis anos.
31. No âmbito da formação dos contratos, deixa de ser obrigatória a proposta:
- A) se, feita com prazo a pessoa presente, foi imediatamente aceita.
 - B) se, feita com prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
 - C) se, feita a pessoa ausente, tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
 - D) se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

32. Não se revogam por ingratidão:
- A) as doações as oneradas com encargo ainda não cumprido.
 - B) as doações puramente remuneratórias.
 - C) as doações que se fizerem em cumprimento de obrigação legal.
 - D) as doações feitas para determinado enlace conformador de sociedade de fato.
33. O preceito constitucional assim enunciado: “a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”, diz respeito ao princípio constitucional do processo civil:
- A) Princípio da Garantia do Devido Processo Legal.
 - B) Princípio da Fundamentação e Motivação das Decisões Judiciais.
 - C) Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.
 - D) Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.
34. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações:
- A) resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
 - B) fundadas em dívidas contraídas pelo curador a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho dos cônjuges ou os seus bens reservados.
 - C) que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre bens móveis de um ou de ambos os cônjuges.
 - D) que versem sobre direitos reais mobiliários.
35. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:
- A) os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus Governadores.
 - B) a massa falida, por seu curador.
 - C) a herança jacente ou vacante, pelo inventariante.
 - D) o Município, por seu Prefeito ou procurador.
36. Reputa-se litigante de má-fé, dentre outras hipóteses, aquele que:
- A) deduzir pretensão ou defesa contra texto fato controverso.
 - B) usar do processo para conseguir objetivo irregular.
 - C) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo
 - D) opuser resistência justificada ao andamento do processo.
37. Duas ou mais pessoas não poderão litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:
- A) entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
 - B) os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.
 - C) ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
 - D) entre as causas inexistir conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
38. A denunciação da lide é obrigatória:
- A) ao proprietário quando, por força de obrigação, em casos como o do usufrutuário e do credor pignoratício, o réu, citado em nome alheio, exerça a posse indireta da coisa demandada.
 - B) àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
 - C) ao locatário, na ação em que terceiro de boa fé postula a coisa, cuja posse foi consignada à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da locação lhe resulta.
 - D) ao possuidor indireto quando, por força de direito, em casos como o do alienante e do locatário, o réu, citado em nome alheio, exerça a posse indireta da coisa demandada.
39. Em matéria de Direito Tributário, cabe à lei complementar:
- A) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - B) regular as limitações infralegais à faculdade de tributar.
 - C) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária sobre tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
 - D) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

40. A respeito das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, pode-se afirmar que:
- A) não poderão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
 - B) poderão ter alíquotas *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.
 - C) poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
 - D) poderão ter alíquotas genéricas, tendo por base a unidade de medida adotada.
41. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado aos Municípios:
- A) cobrar taxas em exercício financeiro ulterior em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - B) cobrar impostos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - C) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
 - D) cobrar contribuições sociais antes de decorridos setenta dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu.
42. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
- A) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - B) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - C) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
 - D) propriedade territorial rural.
43. A respeito de contrato de trabalho, é correto afirmar-se que:
- A) no contrato de trabalho, os contratantes celebram o ajuste visando o resultado do trabalho, como obra pronta.
 - B) o mandato é um contrato gratuito.
 - C) na sociedade, poderá existir dependência de um sócio em relação ao outro, gerando direitos diversificados.
 - D) na empreitada a remuneração do trabalhador é proporcional ao tempo de trabalho.
44. No que concerne à relação de emprego, pode ser afirmado que:
- A) o contrato de trabalho é *intuitu personae*, sendo firmado entre duas partes específicas.
 - B) o contrato de trabalho transfere às partes, empregador e empregado, os riscos do empreendimento e os derivados do próprio trabalho prestado.
 - C) na relação de emprego, o serviço poderá ser realizado de forma autônoma, sem subordinação.
 - D) na relação de emprego a prestação de serviços pode se dar de forma eventual.
45. Configura prerrogativa processual da Fazenda Pública, dentre outras:
- A) prazo em dobro para se defender e em quádruplo para recorrer.
 - B) necessidade de homologação pelo sindicato das rescisões de empregados com tempo superior a um ano de serviço e presunção absoluta relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados.
 - C) isenção no pagamento das custas processuais e necessidade de recolhimento do depósito recursal.
 - D) a regularidade da representação dos procuradores, que é presumida, dispensa a juntada de instrumento procuratório.
46. A janela Imprimir do Word 2003 apresenta as opções de impressão de páginas: todas, página atual ou, conforme escolha do usuário, podem ser impressas páginas sequenciais ou intercaladas. Para comandar a impressão apenas das páginas 1, 3, 4, 5, 6 e 8 de um documento, o formato informado no campo páginas deve ser:
- A) 1;3-6;8
 - B) 1;3/6;8
 - C) 1,3 até 6-8
 - D) 1, 3, 4-6, 8.
-
47. O aplicativo Excel também permite a utilização de atalhos do teclado. As teclas usadas para inserir uma nova planilha são:
- A) Shift+F1.
 - B) Shift+F5.
 - C) Shift+F11
 - D) Shift+F2

48. O Microsoft PowerPoint oferece três modos principais de exibição de slides e você pode selecionar um modo de exibição, baseado neles, para servir de padrão no PowerPoint.
- 1 - O modo de exibição _____ apresenta três áreas de trabalho: à esquerda, guias que alternam entre a estrutura de tópicos do texto do slide (guia Estrutura de Tópicos) e os slides exibidos como miniaturas (guia Slides); à direita, o painel de slides, que exibe uma vista maior do slide atual; e na parte inferior, o painel de anotações.
 - 2 - O modo de exibição _____ ocupa a tela inteira do computador, como uma verdadeira apresentação de slides. Nesse modo de exibição em tela cheia, você vê sua apresentação na forma como seu público a verá. Você poderá verificar como as imagens, os intervalos, os filmes, os elementos animados e os efeitos de transição se comportarão na apresentação real.
 - 3 - O modo de exibição _____ é um exclusivo modo de exibição dos slides em forma de miniaturas.

Completam corretamente os respectivos claros, a sequência:

- A) apresentação de slides – classificação de slides – normal
 - B) normal – apresentação de slides – classificação de slides
 - C) normal – classificação de slides – apresentação de slides
 - D) classificação de slides – normal – apresentação de slides
49. Há diversos procedimentos que você pode seguir para fazer com que seus formulários do Access sejam executados com maior rapidez. Analise as dicas para otimização de formulários que contêm imagens e objetos.
- 1 - Use bitmaps e outros objetos gráficos com moderação.
 - 2 - Converta quadros de objeto não acoplado que exibam elementos gráficos em controles de imagem.
 - 3 - Use bitmaps em preto-e-branco em vez de coloridos.

Estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
 - B) 1 e 3, apenas.
 - C) 2 e 3, apenas.
 - D) 1, 2 e 3.
50. A maioria dos programas de email e dos serviços de email baseados na Web inclui filtro de lixo eletrônico, também chamado de filtro de spam. Sobre esse recurso podemos afirmar que:
- 1 - Ele analisa o conteúdo das mensagens enviadas a você e move as suspeitas para uma pasta de lixo eletrônico especial, onde é possível verificá-las ou excluí-las a qualquer momento.
 - 2 - Se uma mensagem de lixo eletrônico burlar o filtro e for para a sua caixa de entrada, a maioria dos programas de email permitirá que você especifique que futuras mensagens enviadas por aquele remetente sejam automaticamente movidas para a pasta de lixo eletrônico.
 - 3 - O usuário pode gerenciar o aplicativo anti-spam identificando os domínios que considera *spam* configurando os procedimentos necessários para que essas mensagens não sejam baixadas na sua caixa de entrada.

São afirmações corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 1, 2 e 3.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 2 e 3, apenas.